

OPINIÃO

30/04/2011

Novas medidas para a reforma agrária

Diante da inclinação do governo por uma nova política sobre as questões fundiárias, os movimentos fundiários, liderados pelo MST, decidiram antecipar invasões pelo país, em uma ação denominada "Janeiro Quente". Normalmente essas invasões ocorrem no chamado "Abril Vermelho", em protesto às mortes ocorridas Eldorado do Carajás.

Segundo o MST, as medidas buscam a abertura de um diálogo com o governo, reivindicando: a atualização dos índices de produtividade, assentamentos das famílias, investimentos em agroindústria, biodiesel e agricultura familiar; mudança do Decreto 433, implantação da Universidade da Reforma Agrária, dentre outras reivindicações.

Muitas vezes, o MST, conta com a condescendência do Executivo e do Judiciário, em nome da preservação da paz social. Só para ilustrar, no município de Itapitanga, na Bahia, o governo instituiu uma norma que impede a reintegração de posse sem comunicação à Casa Militar do Governador que planejará, sem pressa, a desocupação.

Ao se discutir o tema, cabe a lembrança das medidas absurdas adotadas pelo MST, como a destruição de mais de sete mil pés de laranja, em São Paulo. Diante de fatos como este, o Ministério Público - RS aprovou, em 2007, um documento pedindo a dissolução do MST, devido à inexistência de personalidade jurídica do órgão, que impede sua responsabilidade legal. Além disso, denúncias apontam financiamento ilegal pelo governo federal via ONGs laranjas.

O atual governo sinalizou a busca por mudanças, uma vez que o novo Ministro do Desenvolvimento Agrário prometeu não nomear pessoas ligadas a qualquer entidade para as Superintendências do INCRA, ao contrário do governo passado, quando as mesmas foram ocupadas por pessoas indicadas pelos movimentos fundiários.

A questão foi conhecida mundialmente mediante o vazamento de informações em telegramas enviados por diplomatas dos Estados Unidos ao Departamento de Estado Americano. Tais documentos diziam que o MST usava informantes no INCRA para ocupar terras que seriam desapropriadas, com o objetivo de alugar lotes dos assentamentos para o agronegócio.

Outra medida importante anunciada pelo Ministro é que a reforma agrária será feita na forma da lei, e que o acesso a terra se fará com investimento nos programas da pasta,

como o crédito fundiário do Ministério e o programa Amazônia Legal, e sem as mudanças, por hora, nos polêmicos índices de produtividade.

Ademais, as políticas de geração de emprego, o Bolsa Família e o Programa Luz para Todos, vêm retirando várias famílias da pobreza, e, por conseguinte, esvazia as mobilizações de luta no campo, que aos poucos são desarticuladas.

As mudanças são animadoras para o investidor do agronegócio, em contrapartida há uma perspectiva preocupante que surgiu com a 3ª edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2010. Esse programa sugeria medidas polêmicas como: a prévia conciliação para apreciação de liminares, alteração dos índices de produtividade, fiscalização nas empresas multinacionais que desenvolvem tecnologias, inclusão dos sindicatos no processo de licenciamento ambiental, expropriação dos imóveis com trabalhos escravos, dentre outras medidas.

A missão do governo de realizar a reforma agrária no país deve ser executada com afinco, com os objetivos de combater os latifúndios improdutivos e exercer a justiça social. Todavia, os direitos constitucionais, em especial o direito de propriedade e o do devido processo legal, devem ser assegurados.

Jorge Mesquita

Advogado do Antonelli & Associados.